



O SISTEMA DE COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

RACIAL QUOTAS SYSTEM OF PUBLIC UNIVERSITIES IN BRAZIL

Raquel Almeida Mendes – Universidade Federal do Tocantins – Araguaína - Brasil
almeidamendesraquel@gmail.com

Fátima Maria de Lima – Universidade Federal do Tocantins – Araguaína - Brasil
fmlima1707@gmail.com

RESUMO

As políticas afirmativas nas universidades públicas representam uma grande conquista daqueles que sempre foram menos favorecidos, em especial a população negra que possui um histórico de marginalização e discriminação mantido estático no decorrer dos últimos séculos até os dias atuais. O objetivo deste trabalho é apresentar a eficácia do sistema de cotas raciais no quesito inclusão da população afrodescendente nas universidades públicas, a hipótese adotada é que a adesão das cotas nas IFES foi o método emergencial mais eficaz para dispor melhores oportunidades aos negros. Com o intuito de desenvolver o artigo foi realizada uma revisão bibliográfica e coleta de dados referentes ao tema escolhido. A partir da realização da revisão bibliográfica e da coleta de dados, foi feita uma análise histórica das ações afirmativas e das políticas de cotas raciais nas universidades públicas, chegando à conclusão que as cotas, sem dúvidas é um grande instrumento que favorece o ingresso dos negros, pardos e indígenas nas instituições federais de ensino superior.

Palavras-chave: Cotas, Afrodescendentes, IFES

ABSTRACT

Affirmative policies in public universities represent a great achievement of those who have always been disadvantaged, especially the black population that has a history of marginalization and discrimination remained static over the past centuries to the present day. The aim of this paper is to present the effectiveness of the racial quota system in the issue include the Afro-descendant population in public universities, the hypothesis adopted is that membership of the shares in the IFES (Federal Institution of Higher Education) was the most effective emergency method to provide better opportunities for blacks. In order to develop the product was carried out a literature review and data collection for the chosen topic. From the completion of the literature review and data collection, it was made a historical analysis of affirmative action and racial quota policies in public universities, reaching the conclusion that the quotas system, no doubt, is a great instrument that favors the entry of black, mixed race and indigenous people in federal institutions of higher education.

Keywords: Dimensions, African Descent, IFES

INTRODUÇÃO

No presente artigo será abordada as políticas de ações afirmativas presentes nas universidades públicas, tendo como foco principal as cotas raciais, como um instrumento de busca por equidade á população negra discriminada, segregada e excluída dos processos sociais.

Vivemos em um país que constitucionalmente, busca reduzir ou até mesmo extinguir as desigualdades e toda ou qualquer forma de discriminação social e racial. Segundo o Artigo 5º da Constituição Federal, todos somos iguais perante a lei, sem distinção alguma. (BRASIL, 1988). Contudo, somos cientes que isso não é uma realidade presente em nosso país. O negro, o deficiente, o indígena e outros grupos menos favorecidos sofrem diariamente com o preconceito e a desigualdade de oportunidades a eles ofertadas.

A realidade social do negro torna-se mais explícita no contexto educacional, apesar da lei assegurar o direito á educação sabemos que a situação torna-se preocupante no nível superior. Gomes exemplifica que:

[...] o acesso à universidade pública é ultralimitado: a seleção dos alunos se faz através de um exame classificatório (vestibular) no qual são aprovados, em sua maioria esmagadora, apenas os alunos egressos das escolas privadas da elite, que além de terem tido o privilégio de frequentar boas escolas indiretamente subvencionadas pelo poder público, dispõem de recursos financeiros para freqüentar cursos específicos de preparação para tal exame de admissão ao curso superior. (GOMES, 2000, p. 401).

Devido essas desigualdades, criaram-se em nosso país as ações afirmativas que focam em ajudar grupos excluídos e discriminados, destinando recursos aos mesmos, que são privados de uma boa educação, emprego, saúde, entre outros. Na educação podemos destacar o sistema de cotas que reserva 50% das vagas em universidades e instituições federais, para esses grupos que sofreram e sofrem as sequelas de uma sociedade e excludente e desigual (BRASIL, 2015).

De acordo com Frias (2013, p. 131): “Uma cota social é a reserva de vagas para certos candidatos, com o objetivo de garantir a igualdade de oportunidades.” Dessa forma, em agosto de 2012, houve a sanção da Lei de Cotas, Lei de nº 12711/2012, que garante 50% das vagas em universidades e instituições federais para estudantes de escola públicas. (LESME, [s.d.], [n.p.]

Há muitos discursos alegando que as cotas são racistas e que privilegiam certos grupos sociais, contudo isso não é verídico, o sistema de cotas não visa a concessão de privilégios, mas a diminuição das diferenças de oportunidades. As discrepâncias sociais são grandiosas, como o contraste entre escola pública e privada, estudar e trabalhar, professores qualificados e não qualificados e inúmeros outros paradoxos. (BRASIL, 2015)

Segundo MUNANGA (2001), as cotas são apenas métodos emergenciais, não há outras alternativas, nem outros caminhos a serem seguidos atualmente. O autor expressa que o discurso de que as cotas são injustas não deve ser dito quando não há acompanhamento de um proposta mais eficaz .

Sendo assim, observa-se que:

É justamente na busca de ferramentas e de instrumentos apropriados para acelerar o processo de mudança desse quadro injusto em que se encontra a população negra que se coloca a proposta de cotas, apenas como um instrumento ou caminhos entre tantos a serem incrementados. (MUNANGA, 2001, p. 34)

A questão racial no Brasil contribui com a desigualdade. Não há equilíbrio algum na igualdade de oportunidades, indicadores sociais apontam que a população negra brasileira sofre de grande vulnerabilidade em várias esferas sociais, como no acesso ao mercado de trabalho, à educação, à justiça, moradia urbana, entre outros. (PIRES, 2012)

Apesar dos avanços sociais que ocorreram nos últimos séculos, a situação do negro e sua vulnerabilidade permaneceu estática e a ascensão social dos negros continuou em índices pouco significativos, isso apenas demonstra que medidas urgentes devem ser tomadas quanto a isso. De acordo com PIRES (2012, p. 50) : “As políticas afirmativas, principalmente a de cotas, para a população negra do Brasil são mais do que necessárias, urgem!”.

O objetivo deste artigo é analisar e demonstrar a importância das ações afirmativas para os negros nas universidades públicas, questionando se estas ações são o melhor método emergencial disponível. A metodologia utilizada foi a de leituras e análises de autores que desenvolveram trabalhos com temas semelhantes ao que estamos desenvolvendo e a busca por dados em sites como IBGE, IPEA, entre outros, a fim de enriquecer a pesquisa.

A justificativa para a pesquisa deste tema é a fundamental importância do sistema de cotas nas universidades públicas para os menos favorecidos, principalmente a população negra que com muito esforço e garra conseguiu esta grande conquista, eles que historicamente sofreram segregação e sempre tiveram privações de seus direitos, vêm nas cotas uma alternativa para uma melhoria de vida, aumento de oportunidades e ascensão social.

O presente artigo está organizado em duas partes. A primeira é intitulada como “Das cotas raciais no Brasil: Uma breve leitura histórica” e trata sobre a história e a trajetória tomada para o surgimento do sistema de cotas nas universidades, contextualizando desde os Estados Unidos, o berço das ações afirmativas, até o Brasil. A segunda chama-se “Cotas raciais nas IFES brasileiras” que aborda a total relevância das cotas raciais para o ingresso dos negros nas universidades públicas.

DAS COTAS RACIAIS NO BRASIL: UMA BREVE LEITURA HISTÓRICA

As políticas afirmativas para negros surgiram nos Estados Unidos, sob o governo do presidente Richard Nixon, em um contexto segregacionista e racista, onde o movimento negro ganha força a partir de nomes como Martin Luther King que visava o fim do intenso segregacionismo na sociedade americana, principalmente na parte sul do país, onde negros não podiam utilizar o mesmo espaço que um branco, dessa forma havia bebedouros, banheiros, hospitais e escolas específicas para eles, ou seja, mesmo com a abolição da escravidão estadunidense, ainda havia uma crescente exclusão e marginalização dos afrodescendentes. (PIRES, 2012)

Em um de seus discursos públicos, King, o líder negro, diz uma das frases que se tornam o símbolo da sua luta a favor dos direitos civis: “Eu tenho um sonho, sonho com o dia em que meus filhos viverão numa nação onde não serão julgados pela cor de sua pele, mas sim pelo conteúdo de seu caráter.” (KING, Martin: apud PIRES, 2012, p. 37). A partir da luta dos negros americanos a favor da igualdade entre as raças surgiram às primeiras políticas de cotas, principalmente para o ingresso nas universidades (PIRES, 2012).

Observa-se na revisão da literatura para a feitura deste artigo, que as:

Raquel Almeida Mendes
Fátima Maria de Lima

[...] políticas de ação afirmativa são muito recentes na história da ideologia antirracista. Nos países onde já foram implantadas (Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia e Malásia, entre outros), elas visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação (MUNANGA, 2001, p. 31).

No Brasil, o sistema de cotas não beneficiará apenas o negro, mas também pessoas com deficiência, indígenas, egressos de escolas públicas, pessoas com baixa renda, entre outros. (LESME, [s.d.], [n.p.]). Contudo, no tocante as cotas raciais elas passam a ganhar mais evidência a partir dos anos 2000 quando foram adotadas em vestibulares e concursos públicos. Em junho de 2004 a Universidade de Brasília (UNB), torna-se a primeira instituição do Brasil a adotar o sistema de cotas raciais, a partir de então outras universidades passaram a adotar essa política afirmativa. (*Ibid.*).

Verifica-se que as cotas raciais no Brasil, atende:

[...] uma demanda antiga do movimento negro, mas o debate mais generalizado na sociedade sobre ações afirmativas no Brasil se fortaleceu com a participação ativa do país na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em 2001, em Durban, na África do Sul. A partir desse período, diversas universidades estaduais e federais brasileiras passaram a adotar cotas sociais ou raciais, mas não havia uma lei que regulamentasse nem tornasse esse tipo de ação afirmativa [...]. Com a Lei 12.711, sancionada pela presidente Dilma Rousseff [...] no dia 29 de agosto de 2012, este instrumento de promoção da igualdade racial e social deve se fortalecer, além de provocar instituições estaduais e privadas a adotarem também medidas correlatas. ([s.n.], 2012)

As cotas raciais surgiram a fim de amenizar as desigualdades raciais e sociais tão presentes em nossa sociedade. Mesmo a população negra representando mais da metade da população brasileira (IBGE, 2010), com cerca de 51% dos habitantes, são também os que mais sofrem com os piores índices de desenvolvimento humano. (PIRES, 2012)

Segundo Brandão (2005), os defensores da ação afirmativa citam o fato de que, apesar de os homens brancos representarem apenas um terço da população dos EUA, eles são 80% do congresso, 92% dos 400 maiores empresários e 80% do corpo docente universitário americano. O negro também deve ocupar espaços privilegiados na sociedade, para que isso aconteça é necessário que ele tenha acesso ao nível superior. Neste sentido entende-se que as políticas de ações afirmativas têm ajudado na inclusão dos jovens negros nas universidades e na política, combatendo a exclusão social.

Em junho de 1996, o governo federal promoveu com a organização do Ministério da Justiça e o apoio do Ministério das Relações Exteriores um seminário denominado “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados Unidos democrático Contemporâneo”, com o objetivo de viabilizar a implementação de políticas de ações afirmativas no Brasil. (Brandão 2005, pg. 28).

Na esfera de atuação do governo federal, foi iniciado no final de 2002 o programa Diversidade na Universidade, que visa ampliar a inclusão social, combatendo a discriminação racial através de apoio e financiamento de instituições públicas, privadas e da sociedade civil, dispostas a promoverem cursos para os afrodescendentes e para os indígenas (Brandão 2005, pg.34).

No caso das universidades brasileiras é necessário oferecer oportunidades na educação, em alguns cursos universitários quase não há negros ou certos segmentos da população. Em Longo prazo pode ser erradicado os efeitos da discriminação, principalmente a partir do acesso de negros, indígenas, e egressos das escolas públicas nas universidades. Desejamos uma educação de valores igualitários uma educação que promova as diversidades étnico-raciais.

COTAS RACIAIS NAS IFES BRASILEIRAS

O grupo brasileiro de Rap, Racionais Mc’s, é conhecido por comporem letras que abordam temas como a desigualdade social brasileira, crimes, injustiças, racismo e diversos outros. Pedro Paulo, um dos participantes do grupo, mais conhecido como Mano Brown, compôs uma música chamada “Racistas otários” que faz uma forte crítica ao racismo arraigado em nossa sociedade.

Podemos notar o cunho social da música a partir deste trecho:

O sistema é racista e cruel, levam cada vez mais irmãos aos bancos dos réus”. Os sociólogos preferem ser imparciais, dizem ser financeiro o nosso dilema, mas se analisarmos bem mais, você descobre que negro e branco pobre se parecem, mas não são iguais. (PEREIRA, 1990)

Segundo o IBGE (2010) temos 14 milhões de analfabetos no país e 70% deles são negros. Conforme uma pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior em 2011, sobre os perfis dos alunos de

Raquel Almeida Mendes
Fátima Maria de Lima

graduação em nosso país, averiguou-se que apenas 8,72% dos estudantes são negros, 53,9% são brancos e 32% são pardos. Tomando como partida esses dados, podemos notar como os negros são excluídos e privados de um bom sistema educacional, a desigualdade é grandiosa, sem falar que grande parte deles sofrem com péssimas condições de vida no tocante á acesso a saúde, saneamento básico, segurança, moradia, emprego e etc. (IPEA, 2011)

Esse quadro tão vulnerável da população negra no Brasil, só confirma a indispensabilidade de políticas afirmativas direcionadas para essa população, para que estes que foram tão marginalizados possam desfrutar de uma sociedade mais igualitária e menos excludente. (MUNANGA, 2001).

Florestan Fernandes discute sobre as discriminações existentes quanto a população negra e afirma que:

[...] as estruturas raciais da sociedade brasileira só poderão ser ameaçadas e destruídas quando ‘a massa de homens de cor’, ou seja, todo elemento negro, puder usar o conflito institucionalmente em condições de igualdade com o branco e sem nenhuma discriminação de qualquer espécie, o que implicaria em participação racial igualitária nas estruturas de poder da comunidade política nacional.” (FERNANDES, 1979, p.72).

Para Munanga (2001, p.32): “Apesar das críticas contra a ação afirmativa a experiência das últimas quatro décadas nos países que a implementaram não deixam dúvidas sobre as mudanças alcançadas”. Para ele, é muito importante a implementação destas políticas de cotas, pois será um instrumento eficaz de transformação social (*Ibid.*).

Segundo o IBGE (2010), entre os estudantes de 18 a 24 anos de idade, a porcentagem de brancos que se encontram no nível superior é de 57,9% e a dos negros e pardos é de 25%. As cotas raciais vão servir para aumentar esta porcentagem, a fim de que a população afrodescendente esteja inserida no meio universitário.

De acordo com Barbosa (2011), as políticas de ações afirmativas causam inquietudes em decorrência da forma como estas são abordadas pelos aparelhos midiáticos.

A proposição de políticas públicas feitas pelo governo vem provocando um deslocamento dos modelos hegemônicos”. As ações afirmativas e as cotas chegaram como um novo fator de tensão e confrontam conceitos como o mito da democracia racial, racismo e miscigenação. O debate retira o tema do anonimato e envolve a sociedade. O que causa tensão é a maneira como a mídia aborda o assunto, por meio de um discurso carregado de ideologia que, conforme Marx tem a função de fazer com que o homem não se reconheça como sujeito. (BARBOSA, 2011, p.9)

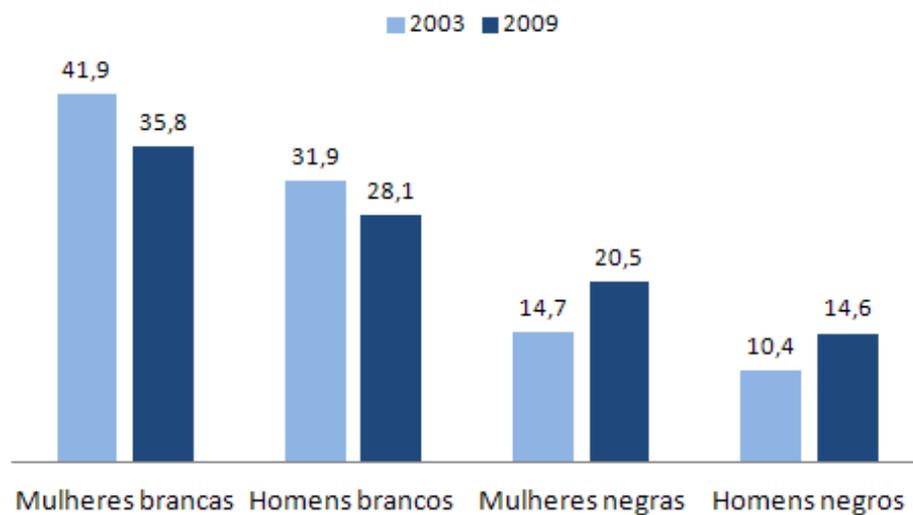
Um mito que deve ser desmistificado é aquele que diz que as cotas diminuem a qualidade de ensino nas universidades. (COTAS RACIAIS: PORQUE SIM, 2006). Tomando como exemplo a Universidade estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 49% dos alunos que adentraram na universidade pelo sistema de cotas não apresentaram nenhuma reprovação ou sequer dependência em alguma disciplina, em relação aos 47% que adentraram no sistema universal, demonstrando que os cotistas não influenciam na qualidade de ensino da universidade. (COTAS RACIAIS: PORQUE SIM, 2006)

De acordo com a AFROBRAS (Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sociocultural) 41% das Universidades Brasileiras já adotam algum tipo de ação afirmativa. Uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro mostra que 51% das instituições públicas do nosso país oferecem através do sistema de cotas diversos benefícios para negros, indígenas, pessoas com baixa renda, egresso de escolas públicas e deficientes. No caso específico dos negros temos 33 instituições públicas com políticas afirmativas voltadas para eles e 18 instituições que ainda não oferecem essas políticas (AFROBRAS, [s.d]). Dentre as instituições que adotam o sistema de cotas podemos destacar a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), entre outras instituições. (*ibid.*)

Dessa forma, podemos notar que através das cotas o negro está sendo finalmente incluído no meio universitário, ele está conseguindo ganhar espaço em uma sociedade que o oprime, discrimina, marginaliza, exclui e priva seus direitos. As diferenças raciais tão acentuadas e presentes na história do nosso país estão sendo cada vez mais combatida e substituída vagarosamente por uma sociedade menos desigual e menos segregacionista, por uma onde os menos favorecidos podem ter acesso aquilo que antes era destinado apenas a uma pequena parcela mais privilegiada, como o acesso as universidades públicas. Os negros passam então a ter representatividade em universidades federais e passa a fazer parte de um meio que durante bastante tempo haviam sido privados de participar.

Gráfico 1 – Distribuição dos/as estudantes brasileiros/as do ensino superior, por sexo e cor/raça, de todas as idades.

Distribuição dos/as estudantes do ensino superior, de todas as idades - Brasil, 2003 e 2009



Fonte: PNAD 2003 e 2009.

O nível de escolarização desigual entre brancos e negros está caindo vagarosamente, com as cotas nas universidades públicas e a expansão de universidades particulares através de programas como o Programa Universidade para todos (PROUNI), têm-se ofertado mais oportunidades para os negros conseguirem chegar ao nível superior. Contudo os números de negros no meio universitário ainda não é tão elevado quanto o número de brancos, ainda há uma grande disparidade, como podemos perceber no gráfico acima. (PNAD, 2003-2009). Porém, esperamos que através das ações afirmativas, essas disparidades sejam reduzidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que uma grande porcentagem das universidades públicas brasileiras já tenham adotado as políticas de cotas raciais, não podemos dizer que o racismo não está mais presente no meio universitário. Um exemplo bem claro em relação a isso é o ensaio fotográfico que os alunos da Universidade Federal de Brasília (UNB) realizaram tomando como base uma campanha desenvolvida por estudantes negros na Universidade de Harvard dos EUA, neste ensaio, alunos negros seguravam placas contendo frases racistas que eles costumavam ouvir na universidade. Frases

como: “Eles nem estudam, como querem cotas?”, “Você tem sorte em ser negra, nem precisa estudar para passar no vestibular.” e “Você não precisou de cotas não, né?”, demonstram a discriminação sofrida pelos cotistas.

Sendo assim, podemos perceber que as cotas não solucionarão o problema do racismo em nosso país, na verdade, a função das cotas como ação afirmativa é reduzir as desigualdades sociais no acesso ao ensino superior, elevando o número de negros nas universidades e ampliando o número de negros em locais de trabalho mais especializados e qualificados, não apenas no papel clichê de faxineiros, sambistas, traficantes e etc.

Não podemos negar que há sim uma dívida histórica e as cotas vão surgir para desmistificar o famoso discurso que a miscigenação brasileira oferece oportunidades iguais a todos, algo que não existe de fato. Não temos igualdade, sendo assim as políticas de cotas se fazem necessárias. Se houvesse um equilíbrio entre pessoas negras e branca nas universidades poderia ser dito que o fator “cor” não é relevante, mas sabemos que há este desnível.

A adoção de políticas públicas de caráter compensatório destinado às minorias tem como principal objetivo diminuir as desigualdades sociais do país. Com a valorização da diversidade e, portanto, o empenho pela construção de uma sociedade mais solidária com elevados padrões éticos e livres de preconceitos, dessa forma configura-se fatores de fortalecimento para a própria sociedade. As cotas refletem um Brasil racista, contrapondo-se aos ideais de uma democracia racial.

Quando houver igualdade de oportunidades, quando os brancos e negros puderem estar no mesmo patamar, quando a nossa sociedade for menos excludente e preconceituosa, quando a meritocracia finalmente puder ser realizada de forma justa, então as cotas não serão mais necessárias, mas por enquanto elas terão que existir, afinal, é evidente a situação desfavorecida do negro, cabe às ações afirmativas equiparar as oportunidades e guardar os direitos daqueles que sofrem discriminação racial constantemente, as cotas representam força e representa ainda mais a insatisfação dos negros com o sistema imposto a eles, uma luta contra as opressões de uma sociedade racista.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Zilda Martins. **Cotas raciais: luta pela auto representação na esfera pública. Anais...** VI Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. S/C, 2010.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **As Cotas nas Universidades Públicas Brasileiras: será esse o caminho?** Campinas-SP: Autores associados, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 Abr. 2015.

IBASE. **Cotas raciais: Por que sim?** Cristina Lopes (Org.). 2.ed., Rio de Janeiro: Ibase: Observatório da Cidadania, 2006. p. 44.

FLORESTAN, Fernandes. **Círculo fechado:** quatro ensaios sobre o ‘poder institucional’. 2 ed., São Paulo, HUCITEC, 1979.

FRIAS, Lincoln. **As cotas raciais e sociais em universidades públicas são injustas?** Belo Horizonte: UFMG, 2013.

GOMES, Joaquim Barbosa. “O uso da lei no combate ao racismo: direitos difusos e ações civis públicas”. In: GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo, HUNTLEY, Lynn (orgs): **Tirando a Máscara:** ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: Resultados preliminares – dados referentes ao Brasil.** Rio de Janeiro, 2010.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Dinâmica demográfica da população negra brasileira.** Brasília-DF, Comunicados do IPEA, n.91, mai. 2011.

LESME, Adriano. **O que são as reservas de vagas?** Disponível em: <<http://vestibular.brasilecola.com/cotas/o-que-sao-as-reservas-vagas.htm>>. Acesso em: 15 Abr. 2015.

MEC, [s.d]. Ministério da Educação. **Perguntas frequentes:** Tire suas dúvidas sobre o sistema de cotas. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html> >. Acesso em: 15 Abr. 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil:** Um ponto de vista em defesa das cotas. Sociedade e cultura , v. 4, n. 2, Jul. - Dez 2001, p.31-43.

PEREIRA, Pedro Paulo. “Racistas otários”. In: **Holocausto urbano.** São Paulo: Zimbabwe Records,1990.

Raquel Almeida Mendes
Fátima Maria de Lima

PIRES, Artur de Freitas. **Políticas afirmativas para a reparação de uma dívida histórica.** Fortaleza: CETREDE-UFC, 2012.

PNAD. Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios. **Distribuição dos/as estudantes brasileiros/as do ensino superior, por sexo e cor/raça, de todas as idades.** Dados referentes ao Brasil. 2003 e 2009.

Raquel Almeida Mendes – Graduanda em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins.

Fátima Maria de Lima – Professora Adjunta da Universidade Federal do Tocantins. Doutorando em Sociologia pela Universidade de Lisboa.

Recebido para publicação em 09 de agosto de 2016.

Aceito para publicação em 23 de agosto de 2016.